

## **PATRIMÔNIO PARA TODOS: O ESTADO DA ARTE DA ACESSIBILIDADE CULTURAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS PRINCIPAIS MUSEUS NACIONAIS NO BRASIL E EM PORTUGAL**

Desirée Nobre Salasar<sup>1</sup>

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa<sup>2</sup>

Francisca Ferreira Michelin<sup>3</sup>

**Resumo:** Desde os anos oitenta muito se tem discutido em torno da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Após adotar o Modelo Social da Deficiência, esta parcela da população começa a lutar para garantir que seus direitos sejam efetivados. É neste movimento que surge o conceito de Acessibilidade Cultural e que os museus acabam por se encaixarem nos ambientes que necessitam ser adaptados.

Entretanto, para que a inclusão da pessoa com deficiência seja efetivada nos museus são necessários recursos de tecnologia assistiva, profissionais especializados ou capacitados para trabalhar na área e um Programa de Acessibilidade.

Neste trabalho buscou-se analisar o Estado da Arte de dois museus nacionais, um português e um brasileiro, considerados referências em seus países. Para tal, utilizou-se metodologia qualitativa e quantitativa com o objetivo de investigar o discurso da equipe ligada à acessibilidade e a aplicabilidade deste na exposição de longa duração dos museus estudados. A conclusão aponta que ambos museus possuem limitações tanto nos recursos de tecnologia assistiva, como em recursos humanos especializados. Observou-se que em ambos os casos a acessibilidade está intimamente ligada ao Setor Educativo e em decorrência desta situação, acaba por não ser um tema transversal na instituição. Orienta-se para a necessidade dos museus possuírem um Programa de Acessibilidade vinculado ao Plano Museológico, para que as ações desta área ultrapassem os limites do setor educativo e sendo transversais na instituição, proporcionem melhores experiências aos visitantes com e sem deficiência e mais recursos para a área.

**Palavras-chave:** Acessibilidade cultural, Pessoa com deficiência, Museus.

O tema acessibilidade em museus, no Brasil, é relativamente novo e começa a ser discutido de forma muito superficial em 2003 através do texto base para a Política Nacional de Museus (PNM). No eixo dois, que se refere à democratização e acesso aos bens culturais, apenas é citada a frase “ações de democratização de acesso aos museus”, não especificado nenhum tipo de público específico ou ações pontuais de acessibilidade para pessoas com deficiência aos museus. Entretanto, embora não especificado este aspecto, quando se está a falar em democratização acaba por ficar implícito que o acesso estará garantido ao maior número de pessoas possível, tenham elas deficiência

<sup>1</sup> Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas.

[dnobre.to@gmail.com](mailto:dnobre.to@gmail.com)

<sup>2</sup> Instituto Politécnico de Leiria/Portugal. [celia.sousa@ipl.pt](mailto:celia.sousa@ipl.pt)

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – Universidade Federal de Pelotas. [fmichelon.ufpel@gmail.com](mailto:fmichelon.ufpel@gmail.com)

ou não. O documento trouxe ainda a relevância do desenvolvimento de “processos e gestão participativa nos museus”. Assim, a PNM foi construída pela comunidade museológica, de forma democrática, para que houvesse uma política voltada para os museus no país.

Já o Plano Nacional Setorial de Museus, documento que integra o Plano Nacional de Cultura, que tem validade prevista para o período que compreende 10 anos (2010 – 2020), portanto ainda em vigência, apontou a acessibilidade como uma temática “*transversal vinculada aos nove eixos setoriais e foi apresentada com a seguinte ementa*”:

Desenvolvimento de capacidades técnicas específicas e de recursos financeiros para que os museus realizem as adaptações necessárias em atendimento aos requisitos de acessibilidade e sustentabilidade ambiental e, ao mesmo tempo, possam promover ações de promoção de consciência crítica junto ao seu público e a comunidade onde estão inseridos. (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. X).

Ainda no PNSM, no eixo Cultura, Cidade e Cidadania, a estratégia nº 2 que recomenda “incrementar ações voltadas à garantia do direito de acessibilidade cognitiva, sensorial e motora para toda a população, sendo esta uma prioridade que reflete a dignidade humana frente ao patrimônio”, tem como metas a ampliação tanto por parte dos visitantes com deficiência como o fomento a projetos e editais voltados à acessibilidade. Ambas as metas estão colocadas a longo prazo (10 anos).

Ainda sobre o PNSM, Cohen, Duarte e Brasileiro (2012) apresentam uma síntese de diretrizes referentes à acessibilidade em consonância com os nove eixos setoriais. Para as autoras, “a questão de acessibilidade, quando tratada de modo amplo, extrapolando os aspectos físicos e espaciais, faz parte dos problemas estruturais das sociedades capitalistas contemporâneas” (2012).

Ao analisar a síntese das autoras, se verifica que a acessibilidade está colocada como algo genérico e não destacado as dimensões de acessibilidade que cada tipologia de museu deve explorar (acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e web). Observa-se que apenas os museus comunitários e ecomuseus abordam a necessidade do Programa de Acessibilidade.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi oficialmente instituído através da Lei 11.906 de 2009, como uma autarquia pertencente ao Ministério da Cultura, que tem como objetivo “suceder o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais” (IBRAM, 2009). Nesta mesma lei, está a atual conceituação de museu.

Consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (IBRAM, 2009).

Na Lei 11.904, é instaurado o Estatuto dos Museus, que regulamentado pelo Decreto 8124/2013, prevê em seu artigo 2º, inciso V, “a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural”. Também o artigo 35 há, mais uma vez, a preocupação com a inserção de todo e qualquer cidadão; “Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma de legislação vigente”. O Parágrafo Único do Art. 23 aponta a necessidade do Programa de Acessibilidade: “os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do **caput** ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.”

Vê-se no texto da legislação que os aspectos relacionados à acessibilidade para pessoas com deficiência encontram-se implícitos. Entretanto, ao abordar a universalidade e a diversidade cultural entende-se esta parcela da população também está incluída.

É relevante destacar que o acesso à cultura também está colocado no Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei 11.146/15, através do artigo 42.

Evidencia-se que pelo texto da LBI, o acesso à cultura deve se dar através de igualdade de oportunidades entre as pessoas com deficiência e os demais. Assim, oportuniza salientar que o conceito de acessibilidade cultural provém do exercício da cidadania cultural, ou seja, de fruição, participação, expressão e produção de cultura. Desta forma, somente estar no ambiente não consolida o acesso à cultura.

## O Museu Histórico Nacional

Considerado o principal museu de história do país, o Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado em 1922, pelo então presidente da república, Epitácio Pessoa. Localizado na cidade do Rio de Janeiro, o museu está situado em um conjunto arquitetônico composto pela Fortaleza de Santiago, Prisão do Calabouço, casa do Trem, o Arsenal de Guerra e o Quartel, com um total de 20.000m<sup>2</sup> e um acervo com cerca de 258 mil itens. Dentre seu acervo encontram-se objetos, documentos e livros, totalizando 67% do acervo museológico brasileiro sob tutela do Instituto Brasileiro de Museus.

Imagem 1: Fachada do Museu Histórico Nacional



Fonte: Google Imagens.

A acessibilidade para pessoas com deficiência no Museu Histórico Nacional ainda está em sua fase embrionária. Atualmente o MHN vem desenvolvendo um Programa de Acessibilidade, através da equipe do Setor Educativo, buscando tornar acessível parte do seu acervo e de suas atividades.

## O contexto Português

A Lei de Quadros dos Museus Portugueses, Lei 47, é anterior ao Estatuto Brasileiro dos Museus, pois data de 19 de agosto de 2004. Assim como a brasileira, compete a este processo regulatório a definição dos princípios da política museológica nacional.

No que tange aos princípios da política museológica portuguesa, dispostos no artigo 2º, dois se destacam para este trabalho: o princípio do primado da pessoa, onde se busca a concretização dos direitos fundamentais e o princípio do direito à cidadania, através da valorização da pessoa.

No artigo 3º que conceitua Museu, o inciso b aponta a necessidade de “facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade”. Ou seja, vê-se também que, assim como no Brasil, não há menção explícita sobre a deficiência nos princípios dos museus. Entretanto, ao usar palavras-chave como democratização, promoção da pessoa e direito à cidadania, este público encontra-se incluído também. Entretanto há algumas diferenças que cabem ser salientadas.

Em oposição à legislação brasileira que aponta que o Programa de Acessibilidade do museu deve ser um documento próprio ou estar contido no Plano Museológico, a legislação portuguesa não faz nenhuma menção a este documento. No artigo 86, que aborda o Programa Museológico, apenas é citado o projeto de arquitetura, que deve estar em harmonia com o primeiro.

Porém, dois artigos chamam atenção: o 58 e o 59. O primeiro diz respeito ao apoio aos visitantes, que segundo a lei deve proporcionar qualidade da visita e uma função educativa e o segundo que aborda especificamente o apoio para pessoas com deficiência:

- 1- Os visitantes com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiência, têm direito a um apoio específico.
- 2- O museu publicita o apoio referido no número anterior e promove condições de igualdade na fruição cultural.

Ao colocar a promoção da igualdade na fruição cultural, a legislação portuguesa aponta a acessibilidade cultural como um ponto importante para os museus já em 2004 e busca assegurar a equidade para as pessoas com deficiência.

Em 2012 o Decreto-Lei 115, institui a Direção Geral do Patrimônio Cultural que será o órgão responsável pela administração direta dos museus e monumentos nacionais. Atualmente quinze museus nacionais estão sob competência da DGPC.

## O Museu Nacional do Azulejo

Considerado um dos principais museus do país, o Museu Nacional do Azulejo (MNAz) foi criado oficialmente pelo Decreto-Lei 404/80. Localizado na cidade Lisboa, o museu está situado no antigo Convento da Madre de Deus, onde abriga uma coleção singular de azulejaria, elemento ímpar e representativo da expressão artística da cultura portuguesa. Como uma das principais peças de seu acervo, o MNAz conta com um painel de aproximadamente 23 metros de comprimento da Vista Panorâmica de Lisboa antes do terremoto de 1755, que destruiu grande parte da cidade.

O Museu Nacional do Azulejo foi o primeiro museu nacional a possuir recursos de tecnologia assistiva e estudos na área da acessibilidade cultural para pessoas com deficiência, portanto em nível dos museus geridos pela DGPC é considerado o modelo referência.

Imagem 2: Fachada do Museu Nacional do Azulejo



Fonte: Google Imagens.

## Metodologia

O presente artigo buscou verificar o Estado da Arte da Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência em dois museus geridos por instituições públicas: O Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, Brasil, pertencente ao Instituto Brasileiro de Museus e o Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa, Portugal, gerido pela Direção Geral do Patrimônio Cultural. O critério para seleção destes dois museus foi serem referência nacional e em ações ou recursos de acessibilidade já implementados. As visitas consistiam em entrevista semi-estruturada com a equipe responsável pela acessibilidade e de uma ficha de avaliação técnica estruturada com as seis dimensões de

acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática).

Os museus foram contatados e autorizaram a pesquisa. A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2018.

## **Resultados e Discussão**

Após a coleta de dados em ambas as instituições museais, os resultados encontrados apontam que a acessibilidade está ligada ao Setor Educativo nos dois casos, portanto não se coloca como uma política da interna da instituição. Com esta realidade muito acaba se perdendo em orçamento, recursos humanos e aplicabilidade de recursos inclusivos. Por serem dois grandes museus com uma gama de diferentes profissionais trabalhando em diversos setores, muitos acabam por desconhecer o trabalho voltado à acessibilidade realizado pelo educativo do museu.

O Museu Histórico Nacional atualmente vem buscando desenvolver um Programa de Acessibilidade – interno ao setor de educativo – cujo público-alvo é pessoas com deficiência visual. A escolha pela inclusão deste público deu-se através do constante contato com instituições como o Instituto Benjamin Constant<sup>4</sup> e pelo fato do museu contar com um educador com deficiência visual em sua equipe. Assim, a equipe tem buscado a implementação de recursos de tecnologia assistiva voltados à acessibilidade comunicacional e desenvolvido ações de sensibilização para a equipe do museu, de forma a efetivar a inclusão do educador cego e seus pares.

Entretanto, em entrevista com a educadora responsável pelo Programa de Acessibilidade, observou-se que há uma preocupação para que as outras deficiências sejam incluídas.

Já o Museu Nacional do Azulejo não possui um Programa de Acessibilidade, mas sustenta que a gestão dá um suporte fundamental, através de uma política orientadora para que depois se façam investimentos na área, entretanto asseguram que na prática e na continuidade das atuações quem lida diariamente com as questões ligadas à acessibilidade é o Setor Educativo. Entretanto durante a entrevista, as

---

<sup>4</sup> Instituição de ensino para pessoas com deficiência visual referência no país.

educadoras ressaltaram que esta é uma preocupação da gestão atual, que é sensibilizada para a pauta, e não necessariamente uma política institucional.

Diferentemente do MHN, embora haja diversos setores no museu, o número de recursos humanos disponíveis no MNAz é muito inferior ao primeiro, desta forma, é comum perceber a polivalência dos funcionários atuando em diversificadas funções dentro da instituição.

No que tange à Acessibilidade Arquitetônica, ambas as instituições possuem como principal fator limitante para eliminação de barreiras a salvaguarda patrimonial de seus edifícios. Os dois museus estão alocados em imóveis de interesse patrimonial para ambos os países, desta forma muitas adaptações que seriam necessárias não podem ser executadas para que não se descaracterizem os imóveis. Entretanto, em ambos os casos algumas soluções foram encontradas, conforme mostram as imagens abaixo.

Figuras 3 e 4: Claustro do MNAz com adaptação de rampa; aberturas amplas para livre circulação na exposição



Fonte: Acervo da autora

Figuras 5 e 6: Adaptação arquitetônica da entrada da exposição de longa duração; espaços amplos para livre circulação na exposição.



Fonte: Acervo da autora

Embora os dois museus tenham a deficiência visual como público-alvo, nos dois percursos expositivos não há piso podotátil e a faixa sinalizadora de degraus só é utilizada em alguns espaços dos museus. Um ponto positivo a destacar é que mesmo com as limitações dos dois edifícios, foi possível instalar elevadores em ambos os museus.

No que tange a Acessibilidade Comunicacional é evidente que a Deficiência Visual e a Surdez são priorizadas às outras deficiências. Entretanto, devido ao acervo em exposição ser muito extenso, em ambos os casos, foi necessário selecionar algumas peças para serem acessibilizadas.

Assim, MHN e MNAz contam com áudioguia com audiodescrição (AD), porém somente de peças selecionadas, que também estão disponíveis ao toque em réplicas e com legendas em braile. Apenas o MNAz possui AD de determinados ambientes, para além das peças selecionadas. Em nenhum dos dois audioguias é utilizada a AD de orientação.

No caso do MHN até o momento da pesquisa estavam disponíveis doze réplicas táteis 2 e 3D, com materiais diversos. Já o MNAz contava com quatorze réplicas 2 e 3D, sendo uma delas na cafeteria do museu. Os dois museus possuem vídeoquia em língua de sinais. Observou-se também a inexistência de um mapa tátil nas instituições.

Entretanto, enquanto o MHN utiliza instrumentos específicos e próprios para áudioquia e vídeoquia, o MNAz disponibiliza estes recursos através de um aplicativo que pode ser baixado diretamente no smartphone do visitante.

Figuras 7 e 8: Réplicas táteis no MNAz e MHN, respectivamente.



Fonte: Acervo da autora.

Verificou-se a falta de recursos de acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência intelectual nos dois museus.

No que tange à Acessibilidade Atitudinal, destaca-se o papel dos educadores que buscam por fora capacitações na área. No caso do MNAz, assim que começaram os estudos em acessibilidade foram feitas ações de sensibilização para recepção de públicos com deficiência nos mais diversos setores do museu (desde à recepção à cafeteria). Entretanto, mesmo com rotatividade dos servidores, não foram realizadas novas ações.

Já o Museu Histórico Nacional começou a realizar ações de sensibilização com alguns setores do museu desde a chegada do educador com deficiência visual. Desta forma, foram feitas ações de sensibilização para recepção de público com deficiência, Libras básico, orientação e mobilidade e até mesmo os funcionários terceirizados que cuidam as salas do museu foram capacitados para auxiliar os mediadores na utilização das réplicas táteis. O MHN conta também com uma educadora fluente em Língua Brasileira de Sinais, porém entende que não é suficiente para atender a demanda.

Com relação à Acessibilidade Metodológica ambas instituições possuem um plano de trabalho adequado para atender o maior número de pessoas possíveis, porém quando há maior especificidades, o MHN atende com mais domínio pessoas com deficiência visual, justamente pelo protagonismo do educador cego. Entretanto, MHN e MNAz utilizam de tecnologias assistivas de baixo custo para ampliar as experiências sensoriais em visitas mediadas com públicos com deficiência. Porém, ao verificar-se a utilização de instrumentos específicos de acessibilidade instrumental, tais como equipamentos multimídia com softwares específicos, teclados em braile ou com colmeia, nenhum dos museus estudados os utiliza.

No que concerne à Acessibilidade Programática ambos estatutos baseiam-se na igualdade de oportunidades, ficando assim, de forma implícita que têm o desejo de acolher ao maior número de pessoas possíveis, tenham elas deficiência ou não. Porém, conforme já citado, apenas o MHN possui um Programa de Acessibilidade documentado. Em ambos os casos a acessibilidade não é algo transversal na instituição, por mais que seja um desejo dos dois setores educativos e seus responsáveis.

E se tratando de Acessibilidade Web, ambos os sites não se encontram dentro dos padrões da acessibilidade.

Os dados apresentados acima apontam que mesmo sendo consideradas duas instituições referência em suas áreas, no que tange à acessibilidade ainda têm um longo caminho a percorrer.

A American Association of Museums, em 84, apontava que “quanto maior a coleção, maior será o atrito sobre os recursos dos museus”. Esta parece ser uma máxima da acessibilidade, pois há sempre uma grande discussão quando o museu não pode estar cem por cento acessível e então decide optar pela acessibilização de algumas obras. A escolha destas nem sempre é harmônica a todos os setores responsáveis, assim acaba por envolver equipes multiprofissionais.

Entretanto, é preciso incorporar novos princípios e novos olhares. Tostes (2005) ao abordar o tema das reservas técnicas já dizia que “equipes dos museus estão sendo confrontadas com grandes desafios de um ambiente crescentemente complexo que obriga repensar a função e objetivos do museu (p. 81).” A implementação da acessibilidade em museus é um desafio constante que em consonância com SARRAF (2015) que aponta que o atual desafio dos espaços culturais é desenvolver o pertencimento cultural e cativar seus visitantes. Tojal (2014, p. 31) argumenta ainda que

Estender, pois, um projeto de acessibilidade a todas as instâncias museológicas, visando um trabalho mais substancial e coletivo do museu para esta importante parcela da sociedade, materializa um objetivo que exige uma política cultural na forma de políticas públicas que efetivamente possam conceber e implantar um trabalho permanente de acessibilidade e ação cultural para este público especial.

Desta forma, ao tornar o museu inclusivo, para além de garantir o exercício da cidadania cultural para as pessoas com deficiência e a efetivação das políticas públicas já citadas anteriormente, o uso de mediações multissensoriais é efetivado para estabelecer vínculos sensíveis entre todos os visitantes e o museu.

Roque (2010) ao tratar de comunicação em museus aponta que “o museu é um espaço comunicacional por excelência”, entretanto nem sempre esta comunicação será possível a todos os públicos. Segundo a autora há três níveis de comunicação museal: Incomunicante, Intramuseal e Intermuseal.

Quando se está a tratar de acessibilidade em museus para pessoas com deficiência dois são os principais níveis encontrados: o incomunicante e o intermuseal.

Em alguns casos os museus acabam por se tornar incommunicantes devido ao desconhecimento das equipes frente aos conhecimentos específicos da acessibilidade. Por exemplo, ao executar obras de acessibilidade arquitetônica, o museu torna-se acessível apenas para uma parcela das pessoas com deficiência: àquelas que têm limitações físicas ou motoras, mas continua incommunicante para pessoas com deficiência visual, surdas e com deficiência intelectual. O mesmo pode ocorrer ao contrário, a eliminação de barreiras comunicacionais, porém o ambiente continuar inacessível arquitetonicamente.

Entretanto, quando a instituição busca adequar-se, através de um diálogo ativo, de incommunicante esta pode passar à comunicação intermuseal, que é a ideal quando se trata de acessibilidade.

Assim, visando adequar-se aos novos públicos e cativá-los, os museus têm buscado incorporar o caminho do que Roque chama de “museu comunicativo”, que seria o ambiente em que não tem de ser essencialmente pedagógico, pode ser emotivo e traz um discurso impressionante.

Este modelo corrobora com SARRAF (2015) e TOJAL (2014) que apontam a necessidade de mediações e experiências multissensoriais nos museus. Já dizia Varine que “é no contato sensorial entre o homem e o objeto que o museu encontra a sua justificação e por vezes sua necessidade” (1992, p. 52)

Montagu também sustenta a importância do contato pelo toque; “Tocar significa comunicar, tornar-se parte, possuir. Tudo que eu toco se torna parte de mim, eu possuo.” (1988, p. 365)

As características da comunicação sensorial são horizontais, isto é, por meio de experiências e vivências, consideram o indivíduo em sua natureza intelectual e corporal, sendo possível desenvolver uma troca que vai além das capacidades de inteligência. (SARRAF, 2015, p. 32)

Assim, entendendo que a sociedade é heterogênea, e como aponta CHAGAS (2002) composta de orientações e interesses múltiplos e muitas vezes conflitantes, implementar a acessibilidade não deixa de ser uma relação de poder, intimamente política.

Para começar a trilhar o caminho da acessibilidade faz-se necessário tornar visíveis públicos que até tão pouco tempo eram invisibilizados nos ambientes culturais, (re)pensar seus acervos, suas estruturas, suas equipes.

### **Considerações Finais**

O presente estudo buscou verificar o Estado da Arte da acessibilidade de dois museus considerados referências em seus países: Museu Histórico Nacional/Brasil e Museu Nacional do Azulejo/Portugal.

Os resultados aqui apresentados apontam que o principal problema relatado e observado em ambas instituições é a falta de transversalidade da acessibilidade nos mais diversos setores dos museus. Com esta problemática observam-se suas consequências: poucos são os recursos orçamentários e humanos para a área, o que acaba por dificultar a implementação de recursos de tecnologia assistiva que efetivam o acesso à fruição da pessoa com deficiência nos museus. Outro ponto relevante a ser destacado é que em ambas instituições a acessibilidade está sob responsabilidade do Setor Educativo e não da gestão. Ao não ser responsabilidade da gestão e não estar colocado junto ao Plano Museológico, a área fica vulnerável a permanência dos educadores que com ela trabalham.

Tanto o MHN quanto o MNAz possuem recursos de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental e programática, mas em todos os itens há falhas, que as próprias instituições reconhecem. Assim como reconhecem, também, a problemática de seus sites não serem acessíveis e, muitas vezes, não retratarem a realidade da acessibilidade do museu.

Outro fator atenuante que dificulta a implementação de recursos ligados à área é que ambos museus estão sob gerência de instituições governamentais (IBRAM e DGPC) o que torna qualquer aquisição/decisão uma burocracia, pois deve passar por algumas instâncias até serem implementadas.

Do ponto de vista dos processos regulatórios, as legislações deixam claro que tanto os museus do IBRAM quanto da DGPC devem servir de exemplo para as demais instituições museais de seus países, uma vez que seus acervos são de interesse nacional, pois estão intimamente ligados ao patrimônio cultural e a história de cada país.

Entretanto, o que se observa é exatamente o oposto. Os museus nacionais estão muito atrás de museus municipais, universitários e privados.

Então, somente a criação dos processos regulatórios dão conta da efetivação da acessibilidade para pessoas com deficiência nos museus nacionais? Estar no museu é o mesmo que sentir-se pertencente àquele patrimônio? É vê-lo como parte de si?

Acredita-se que a legislação é fundamental para que se comece a trilhar os caminhos de uma sociedade mais inclusiva, que olha e vê o outro. Que entende o potencial da convivência com o diferente, que percebe o quanto as experiências multissensoriais são fundamentais a todos os seres humanos. Entretanto, apenas a regulação não dá conta. É preciso implementá-la, colocar em prática a igualdade de oportunidades, equiparar as desigualdades vivenciadas desde há muito tempo.

Percebe-se uma movimentação positiva dos museus e a preocupação de suas equipes em garantir que o exercício da cidadania cultural seja efetivado pelas pessoas com deficiência. Porém, para além das equipes, faz-se necessário sensibilizar os gestores e as instituições que dirigem estes espaços...transversalizar!

Apontar que a cultura é um direito de basilar do ser humano. E sendo este um Direito Humano, faz-se necessário que todos, tenham deficiência ou não, possam ter acesso aos bens culturais, mas não somente aquele acesso comunicante, mas sim, um acesso de fruição, participação, expressão e produção de novos conhecimentos, oportunidades, vivências e afetos.

Inclusão é afetar e deixa-se ser afetado. É preciso que trabalhemos pela utopia, pois só assim, uma dia ela deixará de ser utópica para tornar-se realidade.

## Referências

BRASIL. **Lei 11.904**. Estatuto dos museus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 20/02/2019

\_\_\_\_\_. **Lei 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 20/02/2019

\_\_\_\_\_. **Lei 13.146**. Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 20/02/2019

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos, Cadernos de Sociomuseologia, n.19, p.35 – 67, 2002.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. **Acessibilidade a museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2012.

Montagu A. **Tocar: o significado humano da pele**. 5ª ed. São Paulo. Summus; 1988.

PORTUGAL. Lei 40. Aprova a Lei Quadro dos museus Portugueses. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/480516/details/maximized> Acesso em: 20/02/2019.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 115. Aprova a orgânica da Direção Geral do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/177827/details/normal?q=decreto+lei+115+dgpc> Acesso em: 20/02/2019

ROQUE, M. Isabel Rocha. Comunicação no Museu. In: Sagra Fassa Benchetrit; Rafael Zamorano Bezerra; Aline Montenegro Magalhães. (Org.). **Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo**. 01ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, v.1, p. 47-68.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2015.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Comunicação museológica e ação educativa inclusiva. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jenifer (Orgs.). **Acessibilidade em ambientes culturais: relatos de experiências**. Porto Alegre: Marcavisual, 2014. p 14-33.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. O problema das reservas técnicas: como enfrentar o apego devorador? Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, p. 74-80, Brasília, DF: MINC/IPHAN, 2005.